PRODUÇÃO DE ALIMENTOS TEM DE CRESCER PARA CONTER PREÇOS GLOBAIS



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O ÍNDICE de Preços de Alimentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), conforme dados divulgados em maio último, apontou um recuo de 0,8% em abril em comparação a março, quando o indicador havia atingido um incômodo recorde histórico. Entretanto, cabe alertar que, mesmo com a queda, os valores ficaram quase 30% mais altos do que os registrados em abril de 2021. Ou seja, ainda há riscos para a segurança alimentar, principalmente para os contingentes mais vulneráveis da população do Planeta.

Nesse cenário, o aumento da oferta é decisivo para conter a escalada dos preços globais provocada pela crise de COVID-19 e por suas consequências, como retenção de estoques em alguns países e dificuldades logísticas. Os problemas agravaram-se com a invasão da Ucrânia pela Rússia, pois os preços de insumos químicos indispensáveis à agricultura aumentaram demasiadamente. Mais do que nunca, a lei da oferta e da procura tem se mostrado atuante.

O Brasil tem uma posição estratégica como produtor e fornecedor mundial de alimentos. Nesse sentido, é promissor o resultado da oitava estimativa da safra de grãos 2021/22 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os números indicam que a produção deverá atingir 270,2 milhões de toneladas, o que representa 5,7% ou 14,65 milhões de toneladas a mais do que na temporada anterior. Será um novo recorde, mas é preciso ficar atento, pois os números estão abaixo dos projetados na primeira estimativa.

Domesticamente, houve fenômenos climáticos adversos em 2021, como chuvas, frio excessivo, geadas, secas e enchentes, que prejudicaram bastante o rendimento das lavouras. Neste ano, com a escalada dos juros, surge o problema adicional do crédito, pois muitos produtores não conseguem os recursos oficiais das linhas subvencionadas. Por isso, há a necessidade de se redimensionarem os recursos direcionados à subvenção para crédito ao setor no Plano Safra 2022/2023, que começa a vigorar em 1º de julho próximo. Não houve uma revisão das verbas de modo congruente com o grande aumento da taxa Selic desde o início de 2021, bem como com o aumento dos custos de produção, que eleva a demanda por recursos para investimentos, comercialização e custeio das atividades.

Com a taxa Selic já em 12,75% ao ano, os produtores precisarão, como nunca, de linhas especiais de financiamento para manter o patamar da produção. As atividades agropecuárias não conseguem bancar os juros livres de mercado, em especial porque os *spreads* bancários estão muito elevados, majorados pelos riscos da conjuntura atual.

É premente ampliar o alcance do setor rural aos recursos oficiais do Plano Safra. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a demanda estimada de recursos do Tesouro Nacional para equalização dos juros é de R$ 21,8 bilhões, um aumento de 67,8% em comparação aos R$ 13,0 bilhões destinados para custear a equalização do Plano atual. Outra prioridade é a renegociação dos prazos de reembolso do crédito nas regiões onde a produção agropecuária sofreu o impacto das adversidades climáticas.

Todas essas questões demonstram que não há como os produtores arcarem com juros elevados, que conspiram contra a segurança alimentar. É prioritário ampliar a produção de alimentos para propiciar equilíbrio aos mercados e estabilidade aos preços. A agropecuária brasileira é estratégica nesse processo, mas precisa de apoio na atual conjuntura de desafios. ■